



Jorge González Aguilera  
Alan Mario Zuffo  
(Organizadores)

# A Preservação do Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável 3

**Jorge González Aguilera**

**Alan Mario Zuffo**

(Organizadores)

# A Preservação do Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável 3

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P933	A preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Jorge González Aguilera, Alan Mario Zuffo. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Preservação do Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável; v. 3)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-538-9 DOI 10.22533/at.ed.389191408  1. Educação ambiental. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Meio ambiente - Preservação. I. Aguilera, Jorge González. II. Zuffo, Alan Mario. III. Série.  CDD 363.7
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra “A Preservação do Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável” no seu terceiro capítulo aborda uma publicação da Atena Editora, e apresenta, em seus 25 capítulos, trabalhos relacionados com preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Este volume dedicado à preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, traz uma variedade de artigos que mostram a evolução que tem acontecido em diferentes regiões do Brasil ao serem aplicadas diferentes tecnologias que vem sendo aplicadas e implantadas para fazer um melhor uso dos recursos naturais existentes no país, e como isso tem impactado a vários setores produtivos e de pesquisas. São abordados temas relacionados com a produção de conhecimento na área de agronomia, robótica, química do solo, computação, geoprocessamento de dados, educação ambiental, manejo da água, entre outros temas. Estas aplicações e tecnologias visam contribuir no aumento do conhecimento gerado por instituições públicas e privadas no país.

Aos autores dos diversos capítulos, pela dedicação e esforços sem limites, que viabilizaram esta obra que retrata os recentes avanços científicos e tecnológicos na Preservação do Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, os agradecimentos dos Organizadores e da Atena Editora.

Por fim, esperamos que este livro possa colaborar e instigar mais estudantes e pesquisadores na constante busca de novas tecnologias para a área do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, assim, contribuir na procura de novas pesquisas e tecnologias que possam solucionar os problemas que enfrentamos no dia a dia.

Jorge González Aguilera  
Alan Mario Zuffo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A FÍSICA NO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DOS MARAJOARAS	
Edimara Lima dos Santos	
Ananda Michelle Lima	
João Marcos Batista de Assunção	
Maria Nancy Norat de Lima	
Ariane Chaves de Lima	
Edilene Santana de Matos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3891914081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
ANÁLISE COMPARATIVA DA SUSTENTABILIDADE URBANA NO BAIRRO JARDIM NOVA ESPERANÇA, EM GOIÂNIA – GO	
Simone Gonçalves Sales Assunção	
Diego Fonseca dos Santos	
Maiara Bruna Carmo Nascimento	
Estefany Cristina de Oliveira Ramos	
Heloina Teresinha Faleiro	
Alisson Neves Harmyans Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3891914082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
ANÁLISE DO IMPACTO DO RS MAIS IGUAL NO CAPITAL SOCIAL DOS SEUS BENEFICIÁRIOS	
Ana Julia Bonzanini Bernardi	
Jennifer Azambuja de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3891914083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DO BAIRRO CURIÓ-UTINGA NOS LIMITES DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TUCUNDUBA EM BELÉM/PA	
Isabela Rodrigues Santos	
Fernanda Vale de Sousa	
Camille Vasconcelos Silva	
Luna Leite Sidrim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3891914084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA EXTRAÇÃO DE AREIA NOS RIOS CANINDÉ – CE, PARAÍBA - PB E PIRACANJUBA- GO	
Daniellen Teotonho Barros	
Marcus Suedyr Gomes Pereira Filho	
Samilly Santana da Costa	
Vitor Glins da Silva Nascimento	
Antônio Pereira Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3891914085</b>	

<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ÉOLICA DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE CAMPUS MACAÉ	
Diego Fernando Garcia Marcos Antônio Cruz Moreira Augusto Eduardo Miranda Pinto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3891914086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
CAÇA E MANEJO DE FAUNA SILVESTRE NO BRASIL: ASPECTOS LEGAIS E O EXEMPLO DOS QUELÔNIOS E CROCODILIANOS	
Rafael Antônio Machado Balestra Marilene Vasconcelos da Silva Brazil	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3891914087</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>94</b>
COMPARAÇÃO DE DIFERENTES MÉTODOS PARA DETERMINAÇÃO AUTOMÁTICA DE APP EM TOPO DE MORRO PARA O MUNICÍPIO DE LAGES/SC	
Benito Roberto Bonfatti Taís Toldo Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3891914088</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>99</b>
CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESPAÇOS EDUCADORES: MOBILIZAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS A PARTIR DE PROBLEMAS DE FISCALIZAÇÃO	
Rodrigo Machado Beatriz Truffi Alves Wagner Nistardo Lima Adriana Neves da Silva Marlene Francisca Tabanez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3891914089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>117</b>
DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS CERÂMICOS UTILIZANDO RESÍDUOS INDUSTRIAIS TRATADOS POR HIDROCICLONAGEM	
Raquel Rodrigues do Nascimento Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>133</b>
DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO DE SIMULAÇÃO DE UMA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO (GNL) NA MODALIDADE REDE ISOLADA PARA A REGIÃO DE LAGES – SC	
Cosme Polese Borges Renato de Mello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>144</b>
ENERGIA E MEIO AMBIENTE: O BIODIESEL COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA PARA SUSTENTABILIDADE	
Cristine Machado Schwanke	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140812</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>155</b>
ENTOMOFAUNA PRESENTE NA ÁREA DE INSTALAÇÃO DA FUTURA CENTRAL DE TRATAMENTO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE VÁRZEA GRANDE – MT	
Eliandra Meurer	
Ana Carla Martineli	
Eduardo Costa Reverte	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140813</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>161</b>
ESTIMATIVA DA PEGADA DO CARBONO DO USO DE ENERGIA ELÉTRICA EM PROPRIEDADE CAFEIEIRA CERTIFICADA	
Marcelo Silva Valdomiro	
Geraldo Gomes de Oliveira Júnior	
Raphael Nogueira Rezende	
Maurício Minchillo	
Patrícia Ribeiro do Valle Coutinho	
Adriano Bortolottida Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>166</b>
ESTUDO DO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO DO LIXIVIADO VIA OZONIZAÇÃO CATALÍTICA VIA EQUAÇÃO ESTOCÁSTICA	
Diovana Aparecida dos Santos Napoleão	
Adriano Francisco Siqueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140815</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>179</b>
GERENCIAMENTO AMBIENTAL DE ÓLEOS LUBRIFICANTES	
Izac de Sousa Vieira	
Yuri José Luz Moura	
Lívia Racquel de Macêdo Reis	
José Weliton Nogueira Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140816</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>186</b>
ICMS ECOLÓGICO POR BIODIVERSIDADE COMO INCENTIVO A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS	
Francelo Mognon	
Maria do Rocio Lacerda Rocha	
Guilherme de Camargo Vasconcellos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140817</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>192</b>
LEVANTAMENTO DOS ASPECTOS SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICOS DO PERFIL DA POPULAÇÃO PARA O APROVEITAMENTO DE RESÍDUO SÓLIDO URBANO ORGÂNICO NO MUNICÍPIO DE INHUMAS-GO	
João Baptista Chieppe Júnior	
Tharles de Sousa Andrade	
Wilhiam Júnior Lemos Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140818</b>	

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>202</b>
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO JOÃO EVARISTO CURVO, JAURU, MATO GROSSO	
Lucineide Guimarães Figueiredo	
Cláudia Lúcia Pinto	
Elaine Maria Loureiro	
Valcir Rogério Pinto	
Carolina dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140819</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>214</b>
PERFIL DO CONSUMIDOR DE PEIXE DO MUNICÍPIO DE SINOP MATO GROSSO	
Thamiris Sosa Santos	
Soraia Andressa Dall Agnol Marques	
Stephane Vasconcelos Leandro	
Paula Sueli Andrade Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140820</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>221</b>
PERSPECTIVA AMBIENTAL NA SUBSTITUIÇÃO DO USO DE PAPEL TOALHA POR SECADORES DE MÃOS EM BANHEIROS PÚBLICOS	
Leila Nogueira Rocha Silva	
João Gomes da Costa	
Jessé Marques da Silva Pavão	
Adriane Borges Cabral	
Mayara Andrade Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140821</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>231</b>
PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO GOIANAS: PROMOBIO	
Paula Ericson Guilherme Tambellini	
Caio César Neves Sousa	
Maurício Vianna Tambellini	
Marcelo Alves Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140822</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>241</b>
PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE REÚSO DAS ÁGUAS CINZAS EM UMA CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL ALTO PADRÃO	
Nathália Gusmão Cabral de Melo	
Flávia Telis de Vilela Araújo	
Raquel Jucá de Moraes Sales	
Ari Holanda Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38919140823</b>	

**CAPÍTULO 24 ..... 249**

QUINTAIS URBANOS E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOBRE A DIVERSIDADE VEGETAL

Elisa dos Santos Cardoso  
Uéilton Alves de Oliveira  
Ana Aparecida Bandini Rossi  
Jean Carlos Silva  
José Martins Fernandes  
Vantuir Pereira da Silva  
Alex Souza Rodrigues  
Eliane Cristina Moreno de Pedri  
Oscar Mitsuo Yamashita

**DOI 10.22533/at.ed.38919140824**

**CAPÍTULO 25 ..... 259**

TRATAMENTO DE ÁGUA POR FILTROS DE BAIXO CUSTO COM DUPLA FILTRAÇÃO

Leonardo Ramos da Silveira  
Maycol Moreira Coutinho  
Renato Welmer Veloso

**DOI 10.22533/at.ed.38919140825**

**SOBRE OS ORGANIZADORES..... 274**

## ANÁLISE DO IMPACTO DO RS MAIS IGUAL NO CAPITAL SOCIAL DOS SEUS BENEFICIÁRIOS

### Ana Julia Bonzanini Bernardi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política (PPGCP-UFRGS)  
Porto Alegre, RS.

### Jennifer Azambuja de Moraes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós  
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política (PPGCP-UFRGS)  
Porto Alegre, RS.

**RESUMO:** Este artigo procura conhecer os efeitos do programa RS mais igual sobre o capital social e os ideais de cidadania e inclusão da população beneficiada, através da análise de discurso nas entrevistas realizadas ao longo do projeto Observatório de Políticas Sociais do Estado do RS. Acredita-se que as considerações dos beneficiários sobre os efeitos do programa, bem como a análise de aspectos imateriais presente no próprio discurso, sejam uma importante fonte para avaliação da efetividade desta política pública. A partir das análises de discurso percebeu-se um incremento da autonomia e noções de cidadania por parte dos beneficiários, embora não tenha sido encontrado um maior engajamento em associações cívicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capital Social; Políticas

Públicas; RS Mais Igual.

Analysis of the impact of RS Mais Igual on the social capital of its beneficiaries

**ABSTRACT:** This article investigates the major gains in terms of social, political, and cultural capital as well as ideals of citizenship and inclusion by the beneficiaries of RS Mais Igual through the analysis of discourse in the interviews carried out along the Observatory of Social Policies of the State of RS. It is believed that the beneficiaries' considerations about the effects of the program, as well as the analysis of immaterial aspects present in the speech itself, are an important source for evaluating the effectiveness of this public policy. In the discourse analyzes although a greater engagement in civic associations was not found, we perceived an increase on the feelings of autonomy and notions of citizenship by the beneficiaries

**KEYWORDS:** Social Capital, Public Policies, RS Mais Igual.

### 1 | INTRODUÇÃO

No cenário atual de crise política brasileira, passou-se a questionar o modelo de desenvolvimento social que estava sendo aplicado ao longo dos últimos anos, sobretudo no que se dialoga entre políticas sociais e inclusão produtiva para eliminação da extrema

pobreza no País. Desde a eleição de Luiz Inácio da Silva (Lula) em 2002, o País passou a adotar uma série de políticas sociais, que em formato de rede, articuladas principalmente a partir do Programa Brasil sem Miséria, sob a liderança do Bolsa Família, buscaram erradicar a extrema miséria vinculando programas de transferência de renda focalizados através de uma série de pré-requisitos, afim de atingir as famílias mais necessitadas (POCHMANN, 2010; LAVINAS, 2007). Nesse sentido, sob mando do Ministério de Desenvolvimento Social, passaram-se a estabelecer uma série de acordos com os entes federados, buscando melhor atender as diferentes realidades do País.

Para além das ações reconhecidas internacionalmente, como o Programa Bolsa Família e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliou-se a gama de benefícios concedidos, bem como o gasto público com a área social. O lançamento do Plano Brasil sem Miséria, em junho de 2011, visou aprofundar os ganhos obtidos até então no Governo Lula atuando a partir de três principais eixos: 1) transferência de renda, 2) acesso a serviços públicos e 3) inclusão produtiva, com fins de garantir uma maior distribuição de renda.

As principais ações do Plano Brasil sem Miséria incluem o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e o Brasil Carinhoso, sendo direcionados aos brasileiros que tem renda familiar inferior a R\$ 70 reais por pessoa, dando atenção especial a grupos específicos que têm se mostrado mais propensos à situação da extrema pobreza, como comunidades tradicionais, indígenas, negros, crianças e mulheres. A inclusão destes para o recebimento do benefício se dá via Cadastro Único e com o auxílio das equipes volantes que realizam busca ativa desta população, cerca de 687 mil novas famílias foram incluídas até o ano de 2013 (BRASIL, 2013).

A estratégia do Plano Brasil Sem Miséria buscava incluir os estados e municípios para facilitar a chegada aos beneficiários, de forma a moldar o programa conforme as necessidades locais. Dentro disso, para melhor operar no Rio Grande do Sul, foi firmado o Acordo de Cooperação 05/2011 entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, colocando em prática o Programa RS Mais Igual com a finalidade de complementar a renda das famílias beneficiárias do programa Bolsa-Família (PBF) no plano estadual com um valor inicial de R\$50,00 atendendo inicialmente cerca de 18 mil e 500 famílias (CEGOV, 2013).

O Programa RS Mais Igual, que teve início em 2012, foca na complexidade das famílias gaúchas desde a realidade *de* pobreza rural como a da urbana, ao também contemplar as particularidades de grupos minoritários, como indígenas, pescadores, quilombolas e catadores – possibilitando que estas diferentes famílias pudessem utilizar esta verba, conforme suas necessidades específicas. Desde então, segundo dados disponibilizados pela Casa Civil, das 436.585 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no RS (totalizando um repasse mensal de R\$ 68.562.064,00 até agosto de 2014) o Programa RS Mais Igual atendeu mais de 100 mil famílias gaúchas. Para

isso, o estado do Rio Grande do Sul investiu R\$ 5 milhões em 2012, R\$ 27 milhões em 2013 e R\$ 70 milhões em 2014 (CEGOV, 2014). Conforme pronunciamento da Casa Civil, o RS Mais Igual em setembro de 2015 atendia cerca de 56 mil famílias, uma vez que a cada mês, cerca de 700 famílias deixam o programa, ou por superarem a linha da pobreza, ou por não terem mais filhos entre zero e seis anos, acumulando um desembolso mensal de cerca de R\$4,3 milhões por parte do Governo do Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Nesse sentido, tomando as políticas públicas como ações de governo (PETERS, 1995; DYE, 1984) que são estruturadas para definir prioridades nos investimentos e gastos do estado, o RS Mais Igual se destaca como uma política pública de cunho social, ou especificamente uma política social focada na redução da pobreza.

Desta forma, visando analisar a efetividade do programa e procurar pontos de melhora, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da casa civil, estabeleceu-se uma parceria com o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para buscar compreender o perfil das famílias beneficiárias, bem como potenciais diferenças regionais e, sobretudo, a percepção dos beneficiários sobre os impactos do programa na busca da superação da pobreza. O Observatório de Políticas Sociais do RS foi efetivamente implementado ao longo do ano de 2014, contando com uma rede de pesquisadores da UFRGS, e a organização de 13 agentes de campo capacitados para coletar informações através de questionários semiestruturados, nas nove regiões do estado (conforme distribuição por COREDES), totalizando cerca de 281 entrevistas com os beneficiários.

Uma vez esclarecido o contexto geral do programa RS Mais Igual, bem como a metodologia utilizada pelo Observatório de Políticas Sociais para analisá-lo, este artigo tem o objetivo de investigar os efeitos desta política pública sobre o capital social e os ideais de cidadania da população beneficiada. Para alcançar este objetivo serão analisados os relatos dos beneficiários, com o auxílio do software Nvivo. Acredita-se que as considerações dos beneficiários sobre os efeitos do programa, assim como a análise de elementos imateriais presentes nos próprios discursos, se caracterizem como uma importante fonte para avaliação da efetividade desta política pública.

Dentro deste contexto, a metodologia deste trabalho busca analisar qualitativamente através dos discursos dos beneficiários, possíveis impactos gerados pelo Programa RS Mais Igual no incremento da cidadania política e do capital social destes beneficiários, atentando a aspectos que possam melhorar políticas futuras no estado, visto que ao longo do ano de 2015 e 2016, com a troca de Governo sabe-se que os repasses foram diminuídos, e que o programa se encontra em fase de desmonte.

No que tange à metodologia qualitativa, Minayo (2008, p.86) destaca duas principais correntes utilizadas na análise de políticas públicas. A primeira delas faz referência à escala de atitudes, que se baseia no uso de escalas para mensuração de

valores, opiniões e vivências intersubjetivas por meio de atribuição numéricas (MINAYO, 2009, p.85,86). Os problemas desta abordagem residem na homogeneização da amostra, uma vez que descarta as individualidades dos entes analisados mediante os critérios pré-estabelecidos pelo pesquisador.

Em contraponto, a segunda abordagem, promove a construção dos indicadores qualitativos propriamente ditos, considerando-os como únicos a partir de cada realidade analisada, sendo esta o ponto de origem da construção dos indicadores. Desta maneira, os indicadores auxiliam na reprodução analítica da realidade de cada beneficiário, e não como uma forma de “comprovação” (MINAYO, 2009 p.87). Nesse sentido, considerando-se os indicadores qualitativos como balizas avaliativas, que permitem mapear com mais profundidade a natureza das mudanças ocorridas e em processo (DESLANDES, 2002), o uso da análise por narrativa permite uma maior compreensão dos aspectos intangíveis que se pretende analisar, os quais não seriam realizáveis por meio do método quantitativo.

Analisando os resultados obtidos no Observatório de Políticas Sociais do RS, aprofundados neste artigo, cabe não só o questionamento do modelo de políticas públicas a ser propagado, mas também do modelo de desenvolvimento humano que se busca implementar, visto o período político de instabilidade democrática e cortes de gastos nas áreas sociais. As reflexões acerca da validade das políticas sociais realizadas neste último período se dão no sentido de questionar a importância da inclusão cidadã destes que vivem às margens da sociedade, e até que ponto as políticas de transferência de renda conseguiram ultrapassar o limite da inclusão do consumo e, de fato, promoveram uma inclusão política destes cidadãos.

## **2 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA E A EXPERIÊNCIA DE ANÁLISE DO RS MAIS IGUAL**

O Observatório de Políticas Sociais do RS foi constituído em 2013 por uma equipe de onze pesquisadores, entre eles professores, doutorandos, mestrandos e graduandos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), além dos 13 agentes de campo e a equipe de apoio do RS Mais Igual. O projeto buscou investigar o perfil da pobreza nas diferentes regiões do estado, levando em conta os diferentes contextos nos quais as famílias estavam inseridas, assim como questões de pertencimento a comunidades tradicionais, fatores étnicos e de gênero. Dentro deste objetivo, desenhou-se duas principais estratégias para o desenvolvimento do projeto, a primeira dizendo respeito ao estudo do perfil dos municípios e regiões que participam do RS Mais Igual, uma vez que estas se diferem muito entre si. A segunda estratégia foi de traçar o perfil das famílias beneficiárias por meio dos questionários e entrevistas realizadas, para além dos dados quantitativos e características socioeconômicas, possibilitando a análise do impacto obtido pelo programa no combate à pobreza, observando aspectos simbólicos como capitais culturais, sociais e políticos, trazidos na fala dos beneficiários.

Quanto ao primeiro objetivo—foi realizado uma pesquisa prévia, anterior ao processo de coleta de entrevista com os beneficiários, na qual buscou-se unificar as informações socioeconômicas e de benefícios sociais de 496 municípios do Estado, utilizando diferentes fontes. Desta forma, foram inclusas informações dos municípios que participam do RS Mais Igual, bem como daqueles que não aderiram ao programa, construindo um banco de dados que permitiu o mapeamento do perfil dos municípios participantes, possibilitando a comparação entre os mesmos.

A segunda dimensão da pesquisa incluiu a análise das entrevistas coletadas pelos agentes de campo, conduzidas por meio de questionário semiestruturado, contando com uma série de questões fechadas que tratavam majoritariamente de dados socioeconômicos de cada família, tais como o perfil (rural, urbano, ou comunidades tradicionais), composição familiar e características de domicílio, dimensões da cidadania (posse de documentos, e utilização de serviços públicos), sobre o acesso à educação e trabalho e característica de consumo e aquisição.

Nas questões abertas, abordou-se o conhecimento dos beneficiários sobre os programas sociais em que estavam atrelados, além da forma de acesso a serviços públicos disponíveis na região. Buscou-se conhecer mais profundamente quem são e como pensam os favorecidos pelo programa, investigando como estes veem a pobreza, se relacionam com ela, e enfrentam suas violências e as vulnerabilidades às quais estão expostos, além de compreender seu papel na política, movimentos sociais e exercício de direitos. Além disso, objetivou-se analisar os ganhos materiais e simbólicos das famílias, nos termos de maior autonomia, e aumento de poder de compra após o recebimento do benefício e também as suas expectativas acerca do futuro para si e para seus filhos, em comparação com a situação anterior. Do mesmo modo foram incluídas questões amplas e subjetivas, para compreender se o respondente se “sentia feliz” e “seguro” ou se já havia passado por situação de discriminação (MADEIRA, et al 2015).

Em termos gerais, muito foi construído e avaliado sobre o perfil dos beneficiários e os alcances do RS Mais Igual dentro dos limites prescritos pelo curto tempo de pesquisa. Os dados socioeconômicos levantados, bem como o perfil das famílias permitiu uma melhor compreensão das diferentes facetas da pobreza no estado, fornecendo um material sólido para o monitoramento e aperfeiçoamento do programa, ou a base para a fundação de outros. No que tange os ganhos em capital social, político e simbólico, além dos resultados gerais, serão analisados mais minuciosamente nos próximos itens. Mas analisando o panorama, sobre o trabalho desenvolvido, acredita-se que as suas limitações estejam nas dificuldades inerentes ao processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas, sobretudo no que tange “[...] as suas incapacidades de aferir aquisições materiais, mas especialmente simbólicas, no curto espaço de tempo em políticas cuja perspectiva e meta são a mudança de padrões de vida, aquisições de capitais, empoderamento e cidadania geracionais” (MADEIRA et al. 2015, p.108).

Nesse sentido, este trabalho enquadra-se na perspectiva cultural e institucional,

no sentido de compreender a ação do estado na formação de capital social. Assim não excluindo nenhuma das duas vertentes, mas trabalhando a lógica de que o acúmulo de capital social propicia melhor desenvolvimento da sociedade e de que a gestão pública, junto com outros mecanismos, pode estimular, através das políticas públicas, o engajamento cívico, confiança e cooperação. Ou seja, a construção e fomento de capital social pode dar-se através das políticas de fomento do estado, principalmente, as políticas de transferências de renda, pois essas são necessárias para que haja uma verdadeira emancipação da população desassistida, de fato a realmente incluí-la no processo democrático como cidadão, aumentando suas capacidades (SEN, 2010), para além do âmbito da inclusão pelo consumo (D'ARAUJO, 2004; DEMO, 2003; NÉRI, 2001, 2003).

### 3 | CAPITAL SOCIAL

O capital social é um conceito que trabalha com a importância da existência e da qualidade das relações sociais para o desenvolvimento social, econômico e político de uma comunidade. Essas relações sociais são estabelecidas na forma de redes sociais ou de normas, e são caracterizadas pelos atributos de reciprocidade, confiança, solidariedade e cooperação.

Na área da Ciência Política o conceito de capital social, tributário de teóricos clássicos, como Toqueville, Durkheim e Weber, é debatido por Bourdieu (1980 e 1999), Coleman (1988 e 1994), Putnam (1996), Portes (1998), Fukuyama (2002), entre outros. No entanto, ganhou destaque com a obra de Putnam sobre a cultura cívica e o desenvolvimento regional da Itália. Trazendo para o debate a questão de que sociedades são mais desenvolvidas quando possuem capital social, na medida em que “são práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como, sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação” (PUTNAM, 1996, p.177). Além das relações de confiança e reciprocidade, Putnam ressalta que o capital social está ligado ao processo histórico e cultural, “o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições” (PUTNAM, 1996, p. 191).

Altos níveis de capital social são positivos para a democracia, pois, segundo Putnam (1996), colaboram para participação cívica (reconhecimento e a busca do bem coletivo e público), igualdade política, solidariedade, confiança e tolerância, além da cooperação mútua. Complementar a isso, Abramovay (2002) defende que a noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, assim, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor.

Entretanto, por mais que o conceito tente compreender as relações e as estruturas sociais, observa-se um conjunto de críticas ao capital social e a sua aplicação, principalmente quando relacionada com o estado. Críticos observam a postura elitista

do conceito, que vislumbra no estudo de Putnam o bom desempenho institucional, e também o desenvolvimento regional relacionado às comunidades com acúmulo de capital social, caracterizando-se como um determinismo cultural. Entre os críticos é exercida a justificativa de que as comunidades não cívicas e sem volume de capital social estariam condenadas ao não desenvolvimento econômico e social.

A corrente neoinstitucionalista critica, principalmente, a ligação do contexto histórico para formação de capital social ou engajamento cívico. Evans (1996) articula a participação do Estado na criação de capital social, ou seja, o Estado pode promover a formação do capital social. Segundo Abu-El-Haj (1999, p. 96), Evans assume o pressuposto básico de que as “instituições públicas, além de terem o monopólio da coerção, possuem a exclusividade da mobilização dos recursos sociais”, determinando, em última instância o sucesso das iniciativas voluntaristas.

Especificamente no campo das políticas públicas na América Latina, o conceito de capital social vem ganhando destaque desde os meados da década de 1990. Sendo relacionado a um ideal neoliberal de políticas sociais, uma vez que foi incluso no receituário do Banco Mundial a partir de 1995, com a proposta de incluir outros setores além do Estado, na luta das melhorias sociais (HIGGINS, 2005). Dentro desta crítica, a abordagem de fomento do capital social buscava “desonerar” o Estado de uma participação tão forte na área social, uma vez que debate sobre a construção de relações sociais entre os cidadãos como forma de organização social baseada em normas e redes de compromisso cívico de reciprocidade (associativismo), confiança e responsabilidade social, sendo fatores necessários para o empoderamento das comunidades pobres e construção de bens coletivos (KLIKSBERG, 2001; D’ARAUJO, 2003).

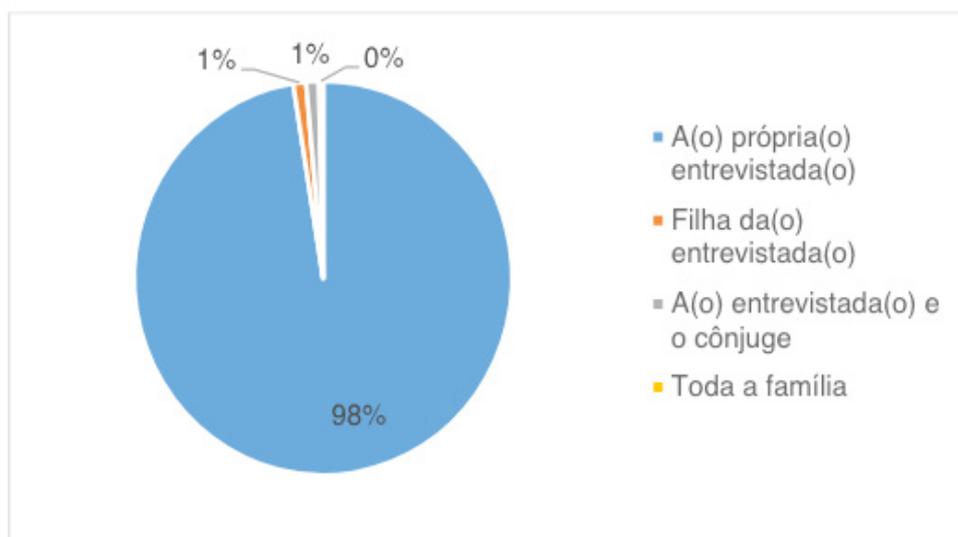
Na relação mais específica com políticas de redução de pobreza, Demo (2003) explica que não basta compreender os determinantes do acesso às oportunidades e o retorno de determinados ativos isolados (como a educação), apresentados aos miseráveis, mas deve-se olhar de maneira abrangente para todo o contexto. Para o autor, nesse ponto entra o conceito de capital social, pois a capacidade de uma comunidade de se organizar frente a uma situação adversa é determinante de sua consequência de curto e de longo prazo. Esse processo passa não só pela mobilização interna da comunidade como pela sua capacidade de articulação com outros níveis da sociedade através do voto, pressão política, etc.

Nesse sentido, a construção de altos níveis de capital social potencializa uma maior ação democrática e defesa de princípios de igualdade, garantindo que os investimentos sociais se tornem permanentes e crescentes. A seguir analisaremos algumas das entrevistas realizadas pelos beneficiários, buscando evidenciar possíveis mudanças em termos de capital social, reconhecimento e acesso à cidadania, geradas pelo programa.

## 4 | ANÁLISE DO IMPACTO DO RS MAIS IGUAL NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS - EMPODERAMENTO, CIDADANIA E ACESSO A DIREITOS

Através das análises realizadas na pesquisa podemos observar que as famílias entrevistadas tinham grandes carências em outras formas de capitais, para além do capital econômico, sobretudo no que tange a dimensão de capital social. As análises qualitativas e definição do perfil das famílias beneficiadas deixaram claro os ganhos em termos de melhorias da qualidade de vida e ampliação das capacidades, sejam de consumo, ou da própria melhora da autoestima e conhecimento da utilização de serviços públicos disponíveis.

Embora as carências ainda existam, uma vez após o acesso ao benefício verifica-se possibilidades de melhora no futuro destas famílias, uma vez que o acesso ao benefício está atrelado a condições como frequência escolar dos filhos na escola, acompanhamento médico das crianças e uma maior inclusão dentro dos benefícios públicos previstos pelo Estado. Especificamente, percebeu-se um maior empoderamento das mulheres (apenas houve um homem entrevistado), que como chefe de casas, tendo acesso ao valor, sentiam-se mais seguras e “donas de si”, quando questionadas como se sentiam em relação ao recebimento do benefício. Dentro da amostra de 370 entrevistas, apenas 4 foram realizadas com homens. Ao questionarmos aos entrevistados quem era responsável pela administração do cartão verificamos que 98% das vezes são as próprias mulheres entrevistadas, conforme demonstrado no Gráfico 1 abaixo.



**Gráfico 1** – Responsável pela administração dos benefícios (% de mulheres)

Fonte: CEGOV, 2014

N 276

Quando questionadas se o recebimento do benefício, fazia com que estas mulheres se sentissem mais autônomas, grande parte (cerca de 79%) respondeu que

sim, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



**Gráfico 2** – Você se sente autônoma? (% de mulheres)

Fonte: CEGOV, 2014

N 366

Neste mesmo sentido, ao analisar os relatos das beneficiárias, é recorrente não só a afirmação do maior sentimento de autonomia, como também fica implícita, e em algumas declarações de forma mais explícita, a relação entre o aumento de autonomia trazido pelo benefício e o acréscimo de sua própria autoestima e sentimento de cidadania. Ao analisar o Gráfico 3, por exemplo, pode-se observar que 81,4% dos beneficiários indicaram que antes do recebimento do benefício não era possível a compra de artigos que fossem além da cesta básica.



**Gráfico 3** - Antes do benefício, sobrava dinheiro para comprar roupas, calçados e artigos de necessidade pessoal? (% de respondentes)

Fonte: CEGOV, 2014.

N 370

O mesmo também fica explícito nos relatos dos beneficiários, que indicam maior

autonomia na decisão do que será consumido após o recebimento dos benefícios.

Pois é... eu me sinto bem porque aí tu pode favorece o teu filho. Um tênis melhorzinho, né? A roupa, uma coisa que eles queiram, né? Não... as vez não pode dá e com o Bolsa tu tem aquele... todo mês aquele dinheirinho ali que tu pode usa, eu vo dá, vou consegui te da isso, vou consegui te da aquilo. Como eles pedem, né? Esse de quinze e a de oi... a de cinco já pedem. Que marca quer, que tipo quer. Aí tu consegue, né? [...]... bah eu me sinto bem porque, tem coisa as vez assim, né, que tu precisa mesmo ah, esse mês vo compra isso, sabe, deixo isso que eu preciso menos pro outro mês.

(Bagé, entrevista 5)

É, esse cartão pra mim foi muito bom, tipo assim. Tu sentir um orgulho de ter um dinheiro, uma coisa pra poder manter a tua família, né? E, no caso, sou eu que recebo, né, e compro as coisas. Eu que administro, né?

(Porto Alegre, entrevista 5)

A posse do cartão e a decisão de como utilizá-lo, aumentou o sentimento de cidadão, possuidor de direitos, conforme relatado por grande parte dos beneficiários nas entrevistas. Embora se mostre recorrente a dificuldade no acesso a estes serviços básicos, os beneficiários sentem-se em posse de direitos, e indicam que a integração ao programa possibilitou uma maior familiaridade com os serviços públicos disponíveis, conforme pode ser observado nos relatos abaixo:

Sim, eu acho que como todos nós, no caso né, a população tem que se sentir assim. (...). É, não é muito fácil, né. A gente tem que corre bastante atrás, muitas vezes a gente leva um não, que não tem, mas eu corro atrás quando eu preciso alguma coisa. Nem sempre a gente consegue, né, mas...

(Bagé, entrevista 3)

Se eu procura eu vô encontra, né. Eu sei que eles existem.

(Santa Maria, Entrevista 12)

olha, eu acho que todo mundo tem direito a tudo, né, só não tem se não quer, se tu não correr atrás, se eu ficar aqui sentada eu não vou conseguir, se eu for atrás e for a luta, com certeza, que nem o Bolsa Família, eu fui la e fiz, demorou, demorou de fato, demorou mas veio né, então é um direito meu, um direito da minha filha, que se eu tivesse deixado eu não teria hoje, e hoje eu tenho posso usufruir dele porque eu fui atrás, que nem o colégio, a mesma coisa, que nem tudo na vida da gente é assim né.

(Santana do Livramento, entrevista 2)

Outra dimensão demarcada pelos beneficiários foi o entendimento que junto com os direitos, também haviam deveres a serem cumpridos, demonstrando uma boa compreensão dos ideais do programa dentro do objetivo de prover uma vida melhor à família como um todo, e especialmente às crianças. Grande parte dos relatos referem que o valor mensal é investido quase que completamente em prol dos filhos, seja em alimentação, material escolar ou vestimenta. A entrevistada 12A de Porto Alegre,

quando perguntada se se sente possuidora de direitos, destaca;

Eu... Claro que eu me considero uma pessoa... Eu me sinto, sim, uma pessoa que tem esse direito. E eu considero que, para minha classe social, esse direito ele é quase que inexistente, né, de certa forma. Ele até existe, mas é aquela coisa assim: é pouco, é muito pouco. Mas também tem aquela coisa: as pessoas... Não adianta também ficar só buscando direito, direito, direito e não cumprir com as minhas obrigações, né? Então, tudo é uma coisa que eu tenho que pesar. Eu tenho, meus direitos tão ali. Vai ter pessoas que vão querer passar por cima dos meus direitos, mas assim também como vão ter pessoas que vão deixar usufruir dos meus direitos. Mas eu também não posso esquecer das minhas obrigações, né?

(Porto Alegre, Entrevista 12A)

Nesse sentido, podemos relacionar a autonomia e o maior conhecimento dos seus direitos como uma alavanca para uma maior inclusão cidadã, que inclui um maior conhecimento dos direitos e deveres cívicos, impulsionando maior interesse na esfera política para buscar garanti-los. Dentro disso, perguntou-se para os beneficiários, qual era seu papel nas escolhas políticas e de que forma estas poderiam participar, cobrar e influir na vida pública. Percebe-se uma certa impotência no discurso dos beneficiários, que vem a esfera política como distante de si, e um grande descrédito do sistema político em geral. Em muitos relatos, observa-se a participação política como algo meramente relacionado à arena eleitoral. Segue alguns destacados abaixo:

Olha pra te falar a verdade no ano passado, o outro, na última eleição eu nem votei porque vieram aqui, ali na rua, vieram aqui arrumar a rua, botaram todo o barro aqui, não tinha passada, eu tive que fazer aquela passada ali, bota pedra. Que eles vêm, em vez deles melhorar eles pioram, então não adianta. A luz mesmo eu pago iluminação pública mas tu vem aqui de noite tu não enxerga nada. Que não tem (...) Ai, eu vou, eu cobro, eu peço mas não adianta, né. Então, vota pra que se tu vota e não te ajudam em nada. Eu acho, pelo menos a mim não me ajudam.

(Dom Pedrito, Entrevista 6)

Tu sabe que eu vejo bem... em quem vota, tu ta dizendo? Tu sabe que eu me decepcionei bastante com alguns que eu votei e já teve anos que eu votei em branco mas aí eu vi que em branco não valia a pena aí eu votei naquelas pessoas que, bom acho que esse aí pode (...)Eu acho que o... meu papel é como cidadã mesmo, né? Como eu tava te falando porque se tu paga tanto imposto e só porque tu é pobre ah... aparente mente vão te tratar mal, se fosse...

(Bagé, Entrevista 2)

Não... eu já estou muito desanimada com estas coisa, e eu ai eu penso assim se eu fosse fazer o meu papel certo de repente, mas só que... como eu pode ter muitas outras pessoas que falam a mesma coisa que vão lá e votam em branco, e ai a gente sempre vai deixando os pior, sempre deixando os pior eles podem dizer assim que tu é um só mas ai do outro lado tem outro também, mais uma mais um e assim...

(Entrevista 1, Encantado)

Em contraste, outras beneficiárias, apesar de desacreditadas da política, afirmam que é importante cobrar dos políticos suas promessas eleitorais, mostrando, mais uma

vez, a temática da percepção dos seus direitos. Porém, como fica claro nos relatos, muitas não sabem como fazê-lo de forma prática;

O meu papel eu acho que é, tipo, brigar pelos meus direitos e direitos das outras pessoas também, né? Pra gente ter, poder conviver num mundo melhor, ter as coisas direitinho, ter... Como é que eu vou te dizer? Acesso livre a muitas coisas que a gente precisa, né, pra sobreviver... Porque eu acho que a gente já vota pra, pra ter um... Como é que eu vou te dizer? Uma resposta daquilo ali, né? Tu tá votando na pessoa pra pessoa fazer melhorias, tentar fazer pelo povo, né? Acho que é isso.

(Porto Alegre, Entrevista 5B)

Acho que o povo se acomoda um pouco né tinha que cobra um pouco mais

(Palmeira das Missões, Entrevista 19)

Outra beneficiária de Alvorada, conforme relato abaixo, demarca o reconhecimento dos direitos e da necessidade de cobrá-los, porém pontua a dificuldade de organizar a comunidade para fazê-lo, com medo de que frente a uma mobilização com maior número de pessoas venha a envolver ação policial e mesmo violência, frente a percepção de uma “bagunça”;

No caso, assim: a gente sabe que a gente tem direito, né? Mas e ir lá cobrar daí, entendeu? Se não for muita gente... Se for uma pessoa só, eu acho que tem uma... Não vai ter uma aceitação; e se for muita gente lá cobrando ao mesmo tempo, vai ter... Bagunça. (riso) capaz até de ter... De envolver até a polícia, né? De tomar outros rumos, né?

(Alvorada, Entrevista 3B)

Quando questionadas sobre a participação em movimentos sociais, organizações não governamentais, associações comunitárias, ou até mesmo projetos do governo em sua região, observou-se pouquíssimas respostas positivas, conforme demonstrado na tabela abaixo. Conforme consta no Gráfico 4, apenas 13%, de um total de 370 entrevistadas mencionou participar de algum movimento ou instituição social.



Gráfico 4 – Participa de algum movimento ou instituição social? (% de respondentes)

Fonte: CEGOV, 2014

N 370

Dentro das poucas respostas positivas, encontramos beneficiários que citaram terem participado do Orçamento Participativo, e também atividades de associações comunitárias em Porto Alegre. Algumas das referências encontradas dizem respeito as entidades religiosas, de forma que as associações de cunho político foram, realmente, muito pouco mencionadas.

Conforme pode ser analisado, não há um grande engajamento em associações cívicas ou um aprofundamento dos laços de capital social a partir da introdução do programa. No entanto, percebe-se um aumento da autonomia e noções de cidadania e cooperação horizontal dos beneficiários, o que sugere, que houve sim, um incremento nas percepções de cidadania e direitos a partir do programa.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das políticas públicas de desenvolvimento social no Brasil nos últimos anos do Governo PT, ao passo que possibilitaram a retirada de uma grande parcela da população da miséria (POCHMANN, 2010; LAVINAS, 2007), atendendo suas necessidades básicas, se deram, sobretudo, na esfera da inclusão pelo consumo, não permitindo a formação de um maior capital social, e por conseguinte, uma maior emancipação e sociabilização política (PASE e SANTOS, 2011). Embora as políticas de transferência de renda tenham certos limites quanto à geração de capital social e político, é necessário refletir que no caso brasileiro, dadas às inúmeras fragilidades e vulnerabilidades da população desassistida “dar o peixe, é condição necessária para se aprender a pescar” (NERI, 2003, p.75). Desta forma, a continuidade de projetos como o RS Mais Igual se mostra necessário para a manutenção do projeto de erradicação da miséria e redução das desigualdades no Brasil.

A análise do RS Mais Igual demonstra que embora o programa tenha proporcionado uma grande melhoria na qualidade de vida da população em termos de retirada de situação da miséria extrema, seu efeito em termos de formação de capital social e político, não teve o mesmo alcance desejado, muito embora tenha proporcionado um grande passo para a efetivação destes no longo prazo, através do empoderamento feminino e do aumento da autonomia e formação de capacidades das beneficiárias. Acredita-se que o desenvolvimento pleno em termos de capital social e político foram limitados devido às condições iniciais destes beneficiários, que se encontravam em grande parte em situações de grande vulnerabilidade, para que em tão curto tempo fosse possível observar uma modificação nos seus padrões de participação política efetiva e de capital social. Contudo, o recebimento do benefício se mostra importantíssimo para o planejamento familiar e, portanto, eleva as perspectivas de um futuro sem miséria para novas gerações de cada família.

Além disso, o problema da desigualdade no país não é passível de solução apenas por meio de intervenções sociais pontuais, pois carece, sobretudo, de

uma reforma do sistema tributário e político. O crescimento econômico recente no Brasil foi responsável pelo enriquecimento das velhas elites econômicas, políticas e administrativas do país não beneficiando completamente os grupos mais pobres (MIDGLEY, 1995 p.130). Desta forma, pode-se dizer que estas políticas sociais não tiveram um caráter redistributivo da riqueza do país, mas sim compensatório, não modificando a estrutura de poder das elites – que continuaram a ser as principais beneficiadas dentro do jogo político. Desta forma, o desequilíbrio entre diminuição dos ganhos reais destas políticas sociais frente a desestabilidade econômica, não apenas aumentou a insatisfação com o governo atual, como também diminuiu o capital social da população e incidiu sobre uma maior desconfiança das Instituições, e partidos políticos, principalmente sob o signo da corrupção generalizada (BAQUERO, 2015).

A fins de conclusão, apontamos que os avanços obtidos em matéria de capital social e político através do RS Mais Igual foram restritos ao sentido de maior empoderamento e sentimento de inclusão cidadã – sobretudo dentro da ótica de sentir-se mais autônomo e merecedor de direitos. Entretanto, no que tange a confiança no sistema político, associativismo e participação não foram registrados dados que possibilitassem afirmar que houve um avanço nesses termos.

## 6 | AGRADECIMENTOS

Este artigo foi originalmente publicado na Revista Debates v12, n2 (2018) sob o título “Políticas públicas e capital social: Uma avaliação do RS Mais Igual”.

## REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Jawdah. A mobilização do capital social no Brasil: O caso da reforma sanitária no Ceará. São Paulo: Editora Annablume, 1999.

ABRAMOVAY, M. (Org.). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas. Brasília: Unesco; BID, 2002.

BAQUERO, Marcello. A dimensão oculta da democracia latino-americana: A inércia e formas para superá-la. 122f. Tese para promoção à Professor Titular – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. No prelo.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome. Desenvolvimento social e combate à fome no Brasil: balanços e desafios. Brasília, DF: MDS, 2010.

BRASIL. MDS. 2011. Plano Brasil Sem Miséria no seu Município. Disponível em: <http://www.brasilsemiséria.gov.br/documentos/cartilha-encontro-prefeitos-final-18022013.pdf> Acesso em: 12 de Fevereiro de 2016.]

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. MORAIS, Jennifer Azambuja de. Políticas públicas e capital social: Uma avaliação do RS Mais Igual. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 223-242. 2018

BOURDIEU, Pierre. Le Capital Social: Notes Provisoires. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 31, jan. 1980, p. 2 - 3. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/>

CEGOV. Projeto do Observatório de Políticas Sociais do Estado do RS. Coord. Ligia Mori Madeira. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

CEGOV. Primeiro Relatório do Observatório de Políticas Sociais do Estado do RS. Coord. Ligia Mori Madeira. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

CEGOV. Relatório Técnico Parcial: Síntese dos Resultados obtidos I. Coord. Ligia Mori Madeira. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

CEGOV. Síntese dos Resultados II. Coord. Ligia Mori Madeira. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

CEGOV. Relatório Final do Observatório de Políticas Sociais do Estado do RS. Coord. Ligia Mori Madeira. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

CEGOV. Banco de Dados do Projeto Observatório de Políticas Sociais do Estado do RS. Coord. Ligia Mori Madeira. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

COLEMAN, James. Social Capital in the Creation of Human Capital. Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, 1988. p. S95-S120.

D' ARAUJO, M. C. (2003). Capital social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

DEMO, P. (2003). Pobreza da pobreza. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

DESLANDES, Suely Ferreira, ASSIS, Simone Gonçalves. Abordagem quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In: MINAYO Maria Célia de Souza. DESLANDES, Suely Ferreira (Orgs.). Caminhos do Pensamento. Epistemologia e Método. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2002. p.195-226.

DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-169, 2005.

FUKUYAMA, Francis. Capital Social. In: HARRISON, Lawrence e HUNTINGTON, Samuel. A cultura importa. Rio de Janeiro: Record, 2002. P. 155-171.

HIGGINS, Silvio Salej. Fundamentos Teóricos do Capital Social. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005. 263 p

KLIKSBERG, Bernardo. El rol de capital social e de la cultura en el proceso de desarrollo. In: KLIKSBERG, Bernardo; TOMASSINI, Luciano (Comp.). Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo. Buenos Aires: BID, Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000. p. 19-58

LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1463-1476, dez. 2007.

MADEIRA et al. Monitoramento e avaliação da política de transferência de renda gaúcha: O programa Rs Mais Igual e a experiência do Observatório De Políticas Sociais Do RS. In: COREZOLA, Fernanda. GRIZA, Aida. RAMOS, Marília. (org). Políticas Públicas: Monitoramento, Avaliação, Controle e Participação Social no Governo do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. 212 p

- MIDGLEY, James. Social Development: The Developmental Perspective in Social Welfare. London: Sage, 1995
- MINAYO, Maria Cecília de S. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. Revista Brasileira de Educação Médica n.33.1 Supl 1 (2009): 83-91.
- NERI, M. (2001). Mapa de ativos — Combate sustentável à pobreza. Rio de Janeiro: FGV [Edição eletrônica, dezembro 2001].
- NERI, M. (2000). Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org.) Desigualdade e pobreza no Brasil. Brasília: IPEA, pp. 503-526
- PASE, Hemmerson. Luiz.; SANTOS, Everton. Capital social e políticas públicas na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2011. v. 1, p. 69-9
- PETERS, Guy B.. The Politics of Bureaucracy. White Plains: Longman Publishers.1995.
- POCHMANN, M e AMORIN, R. (2003). Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez.
- PORTES, Alejandro. SOCIAL CAPITAL: Its Origins and Applications in Modern Sociology. Annu. Rev. Sociol, 1998. p. 1.24.
- PUTNAM, R. D. (1996). Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- RIO GRANDE DO SUL. Casa Civil. Programa do Governo do Estado auxilia no combate a pobreza. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <[http://www.rsmaisigual.rs.gov.br/conteudo/1899/?Programa\\_do\\_Governo\\_do\\_Estado\\_auxilia\\_no\\_combate\\_%C3%A0\\_pobreza\\_extrema](http://www.rsmaisigual.rs.gov.br/conteudo/1899/?Programa_do_Governo_do_Estado_auxilia_no_combate_%C3%A0_pobreza_extrema)> Acesso em: 21 de março, 2016.
- RIO GRANDE DO SUL. Casa Civil. Falta de Recursos inviabiliza repasses ao RS Mais Igual. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <[http://www.rsmaisigual.rs.gov.br/conteudo/1927/?Falta\\_de\\_recursos\\_inviabiliza\\_repasses\\_ao\\_RS\\_Mais\\_Igual](http://www.rsmaisigual.rs.gov.br/conteudo/1927/?Falta_de_recursos_inviabiliza_repasses_ao_RS_Mais_Igual)> Acesso em: 22 de março de 2016.
- SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**Jorge González Aguilera:** Engenheiro Agrônomo (Instituto Superior de Ciências Agrícolas de Bayamo (ISCA-B) hoje Universidad de Granma (UG)), Especialista em Biotecnologia pela Universidad de Oriente (UO), CUBA (2002), Mestre em Fitotecnia (UFV/2007) e Doutorado em Genética e Melhoramento (UFV/2011). Atualmente, é professor visitante na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no Campus Chapadão do Sul. Têm experiência na área de melhoramento de plantas e aplicação de campos magnéticos na agricultura, com especialização em Biotecnologia Vegetal, atuando principalmente nos seguintes temas: pre-melhoramento, fitotecnia e cultivo de hortaliças, estudo de fontes de resistência para estres abiótico e biótico, marcadores moleculares, associação de características e adaptação e obtenção de vitroplantas. Tem experiência na multiplicação “on farm” de insumos biológicos (fungos em suporte sólido; Trichoderma, Beauveria e Metharrizum, assim como bactérias em suporte líquido) para o controle de doenças e insetos nas lavouras, principalmente de soja, milho e feijão. E-mail para contato: [jorge.aguilera@ufms.br](mailto:jorge.aguilera@ufms.br)

**Alan Mario Zuffo:** Engenheiro Agrônomo (Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/2010), Mestre em Agronomia – Produção Vegetal (Universidade Federal do Piauí – UFPI/2013), Doutor em Agronomia – Produção Vegetal (Universidade Federal de Lavras – UFLA/2016). Atualmente, é professor visitante na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS no Campus Chapadão do Sul. Tem experiência na área de Agronomia – Agricultura, com ênfase em fisiologia das plantas cultivadas e manejo da fertilidade do solo, atuando principalmente nas culturas de soja, milho, feijão, arroz, milheto, sorgo, plantas de cobertura e integração lavoura pecuária. E-mail para contato: [alan\\_zuffo@hotmail.com](mailto:alan_zuffo@hotmail.com)

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alagamentos

APP

### C

Caça

Capital Social

Comprovante de residência

Conselhos

Conservação da biodiversidade

Cor

Cotidiano

Crocodilianos

### D

dupla filtração

### E

Educação Ambiental

Energia Eólica

escola pública

Etnobotânica

### F

Fauna

Filtração

Filtro Múltiplas Camadas

Filtro Pedregulho

Fiscalização

Física

Fontes Renováveis

Formação Socioambiental

### G

Geração Distribuída

### I

Impacto Ambiental

Influência

## **M**

Manejo

Matriz de interação

Meio ambiente

Monitoramento Ambiental

## **N**

Novo Código Florestal

## **O**

Ocupação urbana irregular

## **P**

Parques

Pegada Ecológica

Pescado

Políticas Públicas

Preferências

## **Q**

Qualidade

Quelônios

## **R**

Resíduos Sólidos

RS Mais Igual

## **S**

Saber Ambiental

Sustentabilidade Socioambiental

Sustentabilidade Urbana

Sustentabilidade

## **T**

Topo de Morro

## **U**

Unidades de Conservação

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-538-9



9 788572 475389